

Carta Manifesto

Foram produzidas quatro versões da carta manifesto, reproduzidas a seguir:

Versão

Texto

1

Prezados cidadãos brasileiros,

O Código Florestal Brasileiro, uma conquista que vem sendo aprimorada pela sociedade brasileira desde a década de 30, está fortemente ameaçada por grupos que querem reduzir as responsabilidades ambientais dos proprietários rurais e a função socioambiental da propriedade rural. O Projeto de Lei (PL 2362, abril/2019) que tramitou recentemente no Senado Brasileiro e que pretende revogar a reserva legal prevista no Código Florestal Brasileiro, é exemplo desse tipo de ameaça.

A Constituição Brasileira estabelece que o direito de propriedade, além de satisfazer ao seu proprietário, possui função socioambiental a desempenhar, sendo a reserva legal um instrumento para atingir esse fim. A reserva legal possui múltiplas funções, entre elas a manutenção dos serviços ecossistêmicos e o aproveitamento econômico, seja mediante manejo sustentável de seus recursos naturais ou pagamentos por serviços ambientais.

Ainda, a reserva legal é essencial para a conservação da natureza, uma vez que abrange, em muitos biomas brasileiros, uma fração representativa dos últimos remanescentes de vegetação nativa, como no caso da Mata Atlântica, onde 80% dos remanescentes estão dentro de propriedades privadas.

É nesse sentido que nós, estudantes universitários brasileiros, pedimos o seu apoio a este manifesto que repudia qualquer ação que venha a enfraquecer essa função.

Prezados cidadãos brasileiros,

Uma conquista que vem sendo aprimorada pela sociedade brasileira, desde a década de 30, está fortemente ameaçada por grupos que querem reduzir as responsabilidades ambientais dos proprietários rurais e a função socioambiental da propriedade rural. Projeto de lei (PL 2362, abril/2019) que tramitou recentemente no Senado Brasileiro, e que pretendia revogar a reserva legal prevista no Código Florestal Brasileiro, é exemplo desse tipo de ameaça.

A constituição brasileira estabelece que o direito de propriedade além de satisfazer ao seu dono, relaciona-se também com outros interesses, dentre os quais se destaca:

... o princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade, do aproveitamento do solo para o trabalho e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Os dispositivos presentes na Constituição Federal brasileira estabelecem que a propriedade rural possui uma função ambiental a desempenhar, devendo o proprietário cumprir a legislação ambiental e dirigir a exploração da terra no sentido de melhorar a qualidade de vida dos que vivem na área explorada, bem como dos habitantes da região, com a devida manutenção do equilíbrio ecológico. (Nicoletto, R.L. (2007) A função ambiental da propriedade rural: uma análise da constituição federal brasileira acerca do exercício do direito de propriedade. Consultado em: 14/05/2019)

Somente aumentar a área plantada não, necessariamente, resulta em aumentos de produtividade no setor. O projeto de lei que tira a obrigatoriedade da área de reserva legal tende a beneficiar uma pequena elite. A reserva legal, juntamente com a área de preservação permanente (APP), fornece recursos econômicos diretos e indiretos, e ajuda a conservar os recursos dos biomas.

O Código Florestal Brasileiro, portanto, alinhado com o espírito da nossa constituição, regulamenta e expressa o atual consenso duramente debatido pela sociedade brasileira nos últimos anos para criar um marco regulatório que expresse a função socioambiental da propriedade rural prevista na constituição. E é nesse sentido que nós, estudantes universitários brasileiros, pedimos o seu apoio a este manifesto que repudia qualquer ação que venha a enfraquecer essa função.

Não a qualquer modificação do Código Florestal Brasileiro que tire da propriedade rural a atribuição de cumprir com as funções socioambientais previstas na constituição.

Prezados cidadãos brasileiros,

Nós, estudantes universitários, de cursos ligados à temática ambiental, reprovamos as mudanças sugeridas em relação à pasta do meio ambiente. Desde a aprovação da nova Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012) surgiram projetos com o intuito de descaracterizar o Novo Código Florestal, sob justificativas infundadas de que a conservação de áreas naturais freia o desenvolvimento econômico do agronegócio do país. Porém, os argumentos utilizados são viesados sob o ponto de vista científico, levando parte da sociedade a conclusões errôneas sobre a questão.

A constituição brasileira estabelece que o direito de propriedade além de satisfazer ao seu dono, relaciona-se também com outros interesses, dentre os quais se destaca:

... o princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade, do aproveitamento do solo para o trabalho e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Os dispositivos presentes na Constituição Federal brasileira estabelecem que a propriedade rural possui uma função ambiental a desempenhar, devendo o proprietário cumprir a legislação ambiental e dirigir a exploração da terra no sentido de melhorar a qualidade de vida dos que vivem na área explorada, bem como dos habitantes da região, com a devida manutenção do equilíbrio ecológico. (Nicoletto, R.L. (2007) A função ambiental da propriedade rural: uma análise da constituição federal brasileira acerca do exercício do direito de propriedade. Consultado em: 14/05/2019)

Dentro do Código Florestal temos a reserva legal, juntamente com a área de preservação permanente (APP), fornecendo os serviços ecossistêmicos, como a conservação de recursos hídricos e a permanência de polinizadores, que mantêm ou até aumentam a produtividade da propriedade a longo prazo e a redução de custos de futuros tratamentos nessas áreas de agricultura. Além do serviço ecossistêmico local que eles fornecem, eles ajudam a conservar os recursos dos biomas onde estão inseridos. Devido à baixa concentração de áreas protegidas fora da Amazônia (5%), as reservas legais têm um papel fundamental na conservação dos biomas mais degradados do Brasil (cerrado e mata atlântica).

O Código Florestal Brasileiro, portanto, alinhado com o espírito da nossa constituição, regulamenta e expressa o atual consenso duramente debatido pela sociedade brasileira nos últimos anos para criar um marco regulatório que expresse a função socioambiental da propriedade rural prevista na constituição. E é nesse sentido que nós, estudantes universitários brasileiros, pedimos o seu apoio a este manifesto que repudia qualquer ação que venha a enfraquecer essa função.

Não a qualquer modificação do Código Florestal Brasileiro que tire da propriedade rural a atribuição de cumprir com as funções socioambientais previstas na constituição.

4

Prezados cidadãos brasileiros,

Uma conquista que vem sendo aprimorada pela sociedade brasileira, desde a década de 30, está fortemente ameaçada por grupos que querem reduzir as responsabilidades ambientais dos proprietários rurais e a função socioambiental da propriedade rural. Projeto de lei (PL 2362, abril/2019) que tramitou recentemente no Senado Brasileiro, e que pretendia revogar a reserva legal prevista no Código Florestal Brasileiro, é exemplo desse tipo de ameaça.

Em relação à produtividade dentro dessas áreas de Reserva Legal, há vários artigos e teses cientificamente comprovando uma alta geração de renda dentro dessas áreas, consideradas improdutivas por alguns. A atual Lei de Proteção a Vegetação Nativa (LPVN), Lei 12.651/2012, estabelece a possibilidade da geração de renda através da retirada de madeira pelo manejo florestal sustentável da vegetação, produtos não madeireiros de maior valor agregado como castanhas, frutas, óleos essenciais, mel, além do pagamento por serviços ecossistêmicos (PSA). Além disso, o artigo 225 da Constituição Federal dispõe sobre a responsabilidade compartilhada entre a coletividade e o poder público de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, para as gerações atual e futura.

Portanto, o Código Florestal Brasileiro alinhado com o espírito da nossa constituição, regulamenta e expressa o atual consenso duramente debatido pela sociedade brasileira nos últimos anos para criar um marco regulatório que expresse a função socioambiental da propriedade rural prevista na constituição. E é nesse sentido que nós, estudantes universitários brasileiros, pedimos o seu apoio a este manifesto que repudia qualquer ação que venha a enfraquecer essa função.

Qual versão tem a sua preferência?

- Versão 1
- Versão 2
- Versão 3
- Versão 4

Caso sinta necessidade de comentar a sua escolha, use este espaço para registrar o seu comentário:



Fechar esta janela